

## O projeto de formação profissional do serviço social frente o processo de mercantilização da educação superior

Cynthia Santos Ferrarez<sup>1</sup>

### Resumo

O presente estudo aborda a questão da formação profissional do (a) assistente social e seus novos rumos e, para tanto, faz-se uma reflexão a respeito da contrarreforma da Educação Superior brasileira. Realiza-se, também, uma análise a respeito do Serviço Social brasileiro, suas diretrizes curriculares e os rebatimentos da expansão do ensino superior na formação profissional. Localizando, com isso, o curso de Serviço Social sujeito à lógica mercadológica e avaliativa do MEC, objetivando mostrar o quanto o curso é exposto ao processo contrarreforma da educação superior que desafia o projeto de formação profissional contemporâneo.

**Palavras-chave:** Diretrizes Curriculares. Serviço Social. Formação Profissional.

### Abstract

The present study addresses the question of the professional formation of the social workers and their new directions and, for this, a reflection is made on the counter-reform of Brazilian Higher Education. An analysis is also made of the Brazilian Social Service, its curricular guidelines and the refutations of the expansion of higher education in vocational training. Locating, therefore, the course of Social Service subject to the marketing and evaluation logic of the MEC, aiming to show how much the course had exposed to the counter reform process of higher education that challenges the contemporary vocational training project.

**Keywords:** Curricular Guidelines. Social Work. Vocational Training.

## 1 Introdução

O Serviço Social é uma profissão perpassada pelas lutas de classes que, historicamente, se renovou, dando novo significado à formação e exercício profissional. Para tanto, a categoria se mobilizou em prol da construção de um projeto profissional para além do capital, um projeto ético-político que questiona as condições de reprodução social impostas pelos capitalistas.

A presente análise enfatiza questões pertinentes ao projeto ético-político profissional, destacando a historicidade da Educação Superior brasileira, seu processo de mercantilização e os reflexos na formação profissional do(a) assistente social. Objetivando, com isso, mostrar o as políticas operadas pelos governos brasileiros e o processo de formação profissional com as diferenças entre as diretrizes do Ministério da Educação (MEC) e as diretrizes da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

A metodologia utilizada para a construção deste estudo baseia-se em uma análise bibliográfica, assim como de uma pesquisa qualitativa de documentos e legislações publicitadas, pelos governos brasileiros nas últimas décadas, a respeito da educação superior.

O Brasil presenciou (e ainda presencia) um processo de contrarreforma do Estado que resultou no aumento do desemprego, no rebaixamento dos salários, no retrocesso das conquistas obtidas através da organização da luta sindical e da Constituição Federal de 1988, e em serviços sociais públicos deteriorados e sobrecarregados<sup>2</sup>.

A Educação - enquanto política pública - também passou por reformas nas décadas de 1990 e 2000 e, em especial, tornou-se necessário destacar as reformas do ensino superior e sua adequação aos moldes mercadológicos sob a orientação dos organismos internacionais<sup>3</sup>.

Através de um conjunto de decretos e medidas provisórias, que favorecem a consolidação da contrarreforma da educação pública e a expansão do ensino privado, que a Educação Superior no Brasil passou a ser alvo de um discurso da democratização do acesso. Esse discurso traz consigo a perspectiva de inclusão dos trabalhadores nas universidades, pautando-se na lógica produtivista para mudanças curriculares, flexibilização do ensino e a posse de um diploma como o “grande diferencial”<sup>4</sup>.

A década de 1990 representa um marco de avanços do Serviço Social, principalmente para a construção do Projeto Ético-Político profissional e a consolidação das Diretrizes Curriculares de 1996. Porém, a contrar-

---

2 De modo geral, pode-se destacar uma série de mudanças nas políticas sociais pós-Constituição de 1988, havendo uma grande alteração na atuação do profissional do Serviço Social, já que este trabalha diretamente com a gestão, formulação e implementação dessas políticas (seu espaço funcional-ocupacional), se deparando com políticas oferecidas para grupos “carentes” através de novos campos e demandas profissionais. Nas palavras de Montaño “assim, estes ‘serviços estatais para pobres’ se transformam em pobres serviços estatais” (MONTAÑO, 1997 p. 115).

3 A contrarreforma da Educação Superior se estrutura em dois eixos: diversificação dos cursos e diversificação do tempo. O Ensino a Distância (EAD) junta os dois eixos mediante o trabalho precário e intenso.

4 Nesse sentido, observa-se também, o discurso da ampliação o ensino básico para os trabalhadores e de expansão do ensino técnico através Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, essas propostas apresentam-se como meta a redução da pobreza, como possibilidade para que a parcela mais pobre da sociedade tenha maiores chances de “emprego” e “ascensão social”.

reforma da Educação Superior impacta diretamente no processo de formação profissional, pois os maiores rebatimentos deste contexto incidem sobre a universidade pública, a partir da implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e expansão das Universidades Federais (REUNI) e da expansão do Ensino à Distância, que tem como marco legal a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996.

Diante deste contexto, pode-se afirmar que o processo estabelecido pelo Ministério da Educação (MEC) para credenciamento e reconhecimento dos cursos de graduação - em especial o curso de Serviço Social - está sujeito a lógica do mercado e não comporta o pensamento crítico de superação dessa ordem social vigente, indo de encontro com o Projeto Ético-Político do Serviço Social, como veremos a seguir.

## **2 Objetivos e limites do projeto ético-político do serviço social: uma construção histórica**

A compreensão do significado histórico do Serviço Social remete à inserção da profissão na sociedade, situando-a na lógica das relações sociais manipuladas pelo capital e articulando-a aos valores que a legitimam, à sua “atribuição” social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, metodológicos, dentre outros.

O processo de inserção do Serviço Social no Brasil foi marcado por uma forte influência da Igreja Católica e manifestos recursos mobilizados pelo Estado e pelo empresariado, como forma de regulação da Questão Social<sup>5</sup> que se expressa a partir da década de 1930.

Nesse momento a percepção sobre a questão social partia do pensamento social da Igreja, sendo ela moralizante, individual, conservadora e psicologizante, com posicionamentos de cunho humanista conservador do sistema social e financeiro vigente nesse período, consistindo em uma contrariedade aos ideários liberal e marxista, pois visava à recuperação da hegemonia da Igreja Católica sob ações no âmbito privado.

O Estado brasileiro<sup>6</sup>, também busca legitimação durante esse processo, procurando congrega parte das reivindicações dos trabalhadores à agenda política, trazendo para o foco as leis sociais, sindicais e trabalhistas, abrindo, ao lado das instituições assistenciais, um emergente mercado de trabalho para o Serviço Social.

Durante os anos de 1940, o Serviço Social brasileiro começava a avançar tecnicamente, apropriando-se de procedimentos norte-americanos e da teoria social positivista.

A partir da década de 1960, novas configurações do capitalismo fizeram com que o mesmo se expandisse mundialmente, trazendo consigo mudanças relevantes para o contexto econômico, político, social e cultural, impondo à América Latina um subdesenvolvimento. Sendo assim, a profissão começa a questionar sua própria intervenção na realidade e a apropriar-se de teorias que melhor contemplariam suas intervenções, tudo isso através de um movimento de renovação proposto pelos assistentes sociais.

---

5 A “Questão Social”, mediante suas variadas expressões, se manifesta diretamente nas “condições objetivas de vida dos segmentos mais empobrecidos da população” (YAZBEK, 2009, p.129), sendo, portanto, a “matéria-prima” e a justificativa da constituição do espaço do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho e na construção/atribuição da identidade da profissão.

6 De acordo com Yazbek (2009, p. 132), nesse momento histórico que o Estado brasileiro “apresenta fortes características paternalistas e repressivas”, mas com ênfase no humanitarismo e na benemerência. Nas décadas seguintes, este mesmo Estado se expressa “através de Políticas Sociais inoperantes”, que se mostram socialmente pouco efetivas e subordinadas aos interesses econômicos.

A Renovação se dá em vários países do mundo, devido à configuração do desenvolvimento capitalista naquele momento histórico, que engendrava expressivas mudanças sociais. Diante disso, Netto (2006a, p. 131) conceitua que “a renovação implica a construção de um pluralismo profissional, radicado nos procedimentos diferentes que embasam a legitimação prática e a validação teórica, bem como nas matrizes teóricas a que elas se predem”.

Segundo Netto (2006a), a Renovação profissional se configura a partir de dois processos: o não compromisso imediato com tarefas pragmáticas e o comprometimento de um corpo docente militante. Quatro processos caracterizam a renovação profissional:

- a) a instauração do pluralismo teórico, ideológico e político no marco profissional, deslocando uma sólida tradição de monolitismo ideal; b) a crescente diferenciação das concepções profissionais (natureza, funções, objeto, objetivos e práticas do Serviço Social), derivada do recurso diversificado a matrizes teórico-metodológicas alternativas, rompendo com o viés de que a profissionalidade implicaria uma homogeneidade (identidade) de visões e de práticas; c) a sintonia da polêmica teórico-metodológica profissional com as discussões em curso no conjunto das ciências sociais, inserindo o Serviço Social na interlocução acadêmica e cultural contemporânea como protagonista que tenta cortar com a subalteridade (intelectual) posta por funções meramente executivas; d) a constituição de segmentos de vanguarda, sobretudo, mas não exclusivamente inserido na vida acadêmica, voltados para a investigação e a pesquisa. (NETTO, 2006a, p. 135-136)

A América Latina desenvolveu um movimento específico de discussão sobre a profissão, conhecido como Reconceituação. De acordo com Ortiz (2010), a Reconceituação foi um episódio que se mostra como uma expressão da renovação profissional, que aconteceu no período de 1965<sup>7</sup> a 1975, exclusivamente na América Latina. Este movimento tinha diretrizes diferentes, mas todas contra o imperialismo norte-americano.

A Reconceituação se dá devido às semelhanças dos países latino-americanos, em especial por se caracterizarem naquele momento sendo de terceiro mundo (subdesenvolvidos), governados por ditaduras e sujeitos ao imperialismo norte-americano.

Vale destacar que a Reconceituação é uma parte importante da erosão do Serviço Social “tradicional” e tem frutos relevantes, pois proporcionou aos assistentes sociais uma aproximação com a tradição marxista, mas como ressalta Netto (2006a), essa aproximação não aconteceu sem problemas de fundo, pelo contrário, presenciou equívocos do marxismo sem Marx<sup>8</sup>. A Reconceituação se exaure em 1975, explicitando uma heterogeneidade do movimento nos países latino-americanos.

---

7 De acordo com Netto (2006a p. 147), são contemporâneos e protagonistas do movimento a Associação Latino-Americana de Escolas de Serviço Social (ALAETS), criada em 1965, e o Centro Latino Americano de Trabalho Social (CELATS), criado em 1972. Os mesmos se mostraram extremamente importantes para a constituição da vanguarda da profissão na América Latina até a década de 1980.

8 Grande parte das fontes dos materiais utilizados eram questionáveis e perpassadas pela “contaminação” neopositivista. Estes materiais da reconceituação, muitas vezes, identificam o trabalho de Althusser (dos anos 1970) com o marxismo e o “Método BH”.

O processo de renovação do Serviço Social se expressa no mesmo contexto em que o Brasil se encontra em plena privação de direitos civis e políticos, ou seja, ao país foi imposto um regime ditatorial militar, onde as reivindicações e aglomerações populares eram contra a lei e a ordem nacional. Mas isso não impediu que os assistentes sociais tentassem redirecionar a atuação profissional; sendo assim, aconteceram vários seminários promovidos pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS) que expressaram, no decorrer das décadas de 1960 e 1970, a preocupação dos assistentes sociais com a atuação profissional.

Destes seminários podemos destacar documentos importantes para o processo de Renovação do Serviço Social brasileiro, que de acordo Netto (2006a), originaram-se dessas mobilizações da categoria três vertentes profissionais distintas.

A primeira vertente, destacada por Netto (2006a), é a perspectiva modernizadora, formulada durante o primeiro e segundo Seminário de Teorização do Serviço Social promovido pelo CBCISS, caracterizada pela incorporação de abordagens funcionalistas e estruturalistas, de matriz positivista. Visava o desenvolvimento social, a solução de “problemas econômicos e sociais” (NETTO, 2006a) e da pobreza na perspectiva de integração da sociedade, fortemente embasada na modernização tecnológica e em processos e relacionamentos interpessoais.

Cabe destacar, ainda, que este projeto tecnocrático se fundava na eficiência e na eficácia para orientar a produção do conhecimento e a intervenção profissional. Os textos finais compendiados nos Documentos de Araxá (1967) e Teresópolis (1970) são demonstram essa discussão.

A segunda vertente, de acordo com Netto (2006a), é a Reatualização do Conservadorismo, sendo uma nova roupagem do conservadorismo, inspirada na fenomenologia, demonstrando a tendência de o Serviço Social priorizar as concepções pessoa, diálogo e transformação social dos sujeitos, retomando o pensamento inicial da profissão e negando o positivismo e o marxismo.

Essa perspectiva profissional se expressou nos Seminários de Sumaré (1978) e de Alto da Boa Vista (1984), em que seus relatórios finais indicaram as ideias de retomada da centralização na dinâmica individual.

A terceira vertente, destacada por Netto (2006a), é a Intenção de Ruptura, que traz consigo a necessidade da consciência do profissional com relação a sua inserção na sociedade de classes, que em primeiro momento se mostra próxima ao marxismo, mas demonstra os mesmos problemas, destacados por Netto (2006a), da Reconceituação Latino-Americana, sem recurso efetivo ao pensamento de Marx. Esta vertente emerge com o Método BH e ganha espaço, principalmente, no campo universitário.

Através do movimento desencadeado pela vertente de Intenção de Ruptura, o Serviço Social vem construindo coletivamente, desde o findar da década de 1970, um projeto profissional<sup>9</sup> voltado para garantia de acesso a direitos dos cidadãos; comprometimento com a classe trabalhadora; eliminação das formas de preconceito; contra a ordem vigente e contra o conservadorismo profissional; em defesa da democracia como sinônimo de cidadania; dentre outros. A categoria, então, vem elaborando mediações que permitam compreender a realidade social e seus espaços contraditórios.

---

9 Os princípios ético-políticos profissionais estão baseados na dialética marxista, referenciado que a práxis não se esgota no trabalho, embora ele seja sua forma primária. Segundo Barroco (2009), “quanto mais se desenvolve o ser social, mais as suas objetivações transcendem o espaço ligado diretamente ao trabalho” (BARROCO, 2009, p. 170).

O “Congresso da Virada”, realizado de 23 a 28 de setembro de 1979, promovido pelo Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS), conhecido hoje como Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), em São Paulo, mostrou-se um marco na trajetória histórica do Serviço Social, principalmente, no que diz respeito à postura profissional e a busca por um projeto ético-político, condizente com as aspirações dos assistentes sociais.

Para entender as condições que a “Virada do Serviço Social” se deu é necessário conhecer o contexto histórico, no qual esses assistentes sociais estavam inseridos e quais as condições de trabalho que se apresentavam aos mesmos naquele momento.

Guerra e Ortiz (2009) destacam a existência de determinações exógenas e endógenas à profissão, que contribuíram diretamente para a afirmação da virada. Os fatores a seguir expressam as determinações exógenas que se mostram muito peculiares por se tratarem da América Latina:

Dinamismo e expansão do capitalismo, a classe operária se desenvolve e amadurece do ponto de vista da sua consciência de classe e de sua organicidade. A revolução cubana (1959), as novas lutas de classe na Guatemala (1960), a influência dos movimentos desencadeados no maio francês de 1968, o Cordobazo argentino (1969), a unidade popular do Chile (1970-1973), a grande mobilização social que levou a vitória da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) em 1979, a recuperação de parte da soberania do Canal do Panamá (1977) pelos tratados Torrijos-Carter, a guerra de libertação em El Salvador (1980-1992), são realidade, as classes vão forjando sua consciência política, que, portanto, não surge por geração espontânea. (GUERRA; ORTIZ, 2009 p. 125)

Como determinações endógenas observa-se que o Brasil presenciava “greves generalizadas, paralisações, ocupações de fábricas, de terras e, posteriormente, prédios públicos” (CFESS, 2009 p. 60), ainda a ruptura e negação do sindicalismo tradicional e de conciliação de classes, como forma de enfrentamento à ditadura militar, demonstrando, com isso, uma nova forma de organização da classe trabalhadora.

Ao pensar a origem do movimento de Intenção de Ruptura com o conservadorismo, busca-se analisar as influências da reconceitualização latino-americana, com forte oposição às ditaduras militares do continente e criação de novas bases conceituais para uma ação profissional crítica, como visto anteriormente<sup>10</sup>.

Com relação à formação profissional, o “Método BH”, desenvolvido pela Escola de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Minas Gerais em Belo Horizonte, assim como os debates que se iniciaram sobre a mesma na Associação Brasileira de Serviço Social (ABESS), a atual Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) desde 1991, deu origem ao currículo de 1982. Outro fato importante foi à criação em 1975 da primeira pós-graduação em Serviço Social – realizada pela PUC-SP – que resultou na aproximação com as ciências sociais e a tradição marxista.

Vale destacar a importância da produção do livro “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil” de Lamamoto e Carvalho, inaugurando a mais completa pesquisa sobre a profissão, até então demonstrando um panorama geral do Serviço Social e suas principais raízes de pensamento, principalmente a vertente conservadora.

---

<sup>10</sup> Conjunturalmente, o III CBAS é realizado no momento da vida brasileira da retomada das lutas sociais no país, quando os movimentos sociais – sindicais e populares – se organizam na perspectiva classista com forte protagonismo da classe operária. (CFESS, 2009, p. 56)

Analisando o processo de renovação da profissão, destaca-se, a partir do fim da década de 1970, a vertente marxista – expressa pela perspectiva de intenção de ruptura – como forma mais adequada para a interpretação da realidade cotidiana capitalista, objetivando compreender que a prática profissional do Serviço Social é necessariamente polarizada pelos interesses de classes sociais, inserida na sociedade capitalista.

Dessa inflexão se imprimiu a direção social da profissão no âmbito da formação, do exercício profissional e da organização estudantil, marcada fortemente pela relação com a luta por direitos sociais e trabalhistas, pelo aprofundamento do legado marxista e da tradição marxista, e na direção da luta pelo socialismo, no horizonte do projeto histórico da emancipação humana. (CFESS, 2009 p. 59)

Na tentativa de ruptura com o histórico conservadorismo, percebe-se que o Serviço Social - além do currículo de 1982 - produz o Código de Ética de 1986 e, posteriormente, observadas as falhas conceituais dos mesmos, criaram-se o Código de Ética e a Lei de Regulamentação nº 8662, de 7 de junho de 1993, e as Diretrizes Curriculares de 1996. Estes podem ser entendidos, de acordo com Guerra e Ortiz (2009), como grandes «frutos da Virada».

Sendo assim, em 1996 as Diretrizes Curriculares da ABEPSS objetiva superar as lacunas identificadas, para garantir uma direção social mais estratégica para o exercício e formação profissional. Segundo Guerra e Ortiz (2009):

O tripé caso, grupo e comunidade e, para tanto, foram criadas as disciplinas de Metodologia do Serviço Social, História do Serviço Social e Teoria do Serviço Social. A tentativa de superação gerou uma nova dicotomia ao se separar teoria, método e história como compartimentos isolados da vida social. (GUERRA; ORTIZ, 2009, p. 130)

O maior fruto da Virada, sem dúvida, foi o reconhecimento dos assistentes sociais, enquanto trabalhadores assalariados, como parte do trabalho coletivo e que vende a sua força de trabalho como todo trabalhador.

Partindo desse pressuposto, a categoria trabalho passa a ser analisada pelos profissionais como foco central da interpretação da realidade, como forma de esmiuçar a sociedade em sua totalidade. Assim, o assistente social passa a compreender, também, o significado social da profissão e a utilidade da mesma – pois ele atua sobre as expressões da questão social, sobre a reprodução material e social da classe trabalhadora –, sendo um trabalho que não se expressa materialmente, mas é objetivamente social.

O Serviço Social vem construindo coletivamente, desde então, um projeto profissional voltado para garantia de acesso a direitos dos cidadãos; comprometimento com a classe trabalhadora; na eliminação das formas de preconceito; contra a ordem vigente e o conservadorismo profissional; em defesa da democracia e da cidadania, dentre outros. A categoria, então, vem elaborando mediações que permitem compreender a realidade social e seus espaços contraditórios.

Com isso, evidencia-se que a formulação de um projeto profissional crítico à sociedade burguesa é uma demanda dos segmentos da sociedade que recebem os serviços prestados pelo assistente social, e não apenas uma condição de grupos ou do coletivo profissional”. (GUERRA, 2007, p. 9)

Novas e complexas transformações societárias são presenciadas pelo Serviço Social, que serão devidamente tratadas, mas é importante ressaltar que a profissão conseguiu alcançar uma maturidade que lhe permite uma melhor interlocução com seus diversos espaços sócio-ocupacionais.

Segundo Guerra (2007), o projeto neoliberal materializa-se através de processos de privatização e mercantilização da vida social no capitalismo tardio, a exemplo o enfraquecimento dos movimentos sociais, sindicais, trabalhistas. Sendo assim, nota-se uma incidência direta na atuação do(a) assistente social, em que o exercício profissional esteja orientado por um “projeto profissional que contenha valores universalistas, baseado no humanismo concreto, numa concepção de homem enquanto sujeito autônomo, orientado por uma teoria que vise apreender os fundamentos dos processos sociais e iluminar as finalidades” (GUERRA, 2007, p. 15).

Torna-se extremamente relevante destacar que os projetos profissionais, de acordo com Netto (2006b), são construídos coletivamente, ou seja, são projetos de categoria profissional, tendo uma construção histórica que contempla uma dimensão política e de relações de poder. Respeitada a dinâmica que a categoria é um espaço plural em que podem surgir projetos profissionais diferentes, que disputam por hegemonia.

De acordo com o exposto, podemos entender que projeto profissional não é sinônimo à profissão Serviço Social, mas um norte a ser seguido, construído através das aspirações da categoria profissional. Mesmo obtendo um caráter hegemônico, o fato de se adotar a teoria marxista como método de interpretação da realidade, não isentou os profissionais de lidarem com influências e, até mesmo, “confusão” com outras teorias.

Pensar o projeto profissional supõe articular uma dupla dimensão: de um lado, as condições macrossocietárias, que estabelecem o terreno sócio-histórico em que se exerce a profissão, seus limites e possibilidades; e, de outro, as respostas sócio-históricas, ético-políticas e técnicas de agentes profissionais a esse contexto, as quais traduzem como esses limites e possibilidades são analisados, apropriados e projetados pelos assistentes sociais (IAMAMOTO, 2007, p. 222).

O Projeto Ético-Político profissional está pautado numa dimensão jurídico-política, sendo este responsável por nortear as diretrizes e os princípios da profissão. A formulação do Código de Ética profissional<sup>11</sup>, a Lei de Regulamentação da profissão e as atuais Diretrizes Curriculares são resultados desse processo.

O projeto profissional é um elemento de unidade entre teoria e prática. Sem esse elemento, ainda que nem sempre percebido pela consciência do profissional, a atuação na realidade carece de uma unidade, de elementos que possam homogeneizar determinados elementos da cultura e posturas profissionais conscientemente adotadas, diferenciando-as de ações sociais, voluntárias ou não. Ele é um elemento necessário, ainda que insuficiente, para que uma atividade se converta em práxis. (GUERRA, 2007, p. 24)

Considerando os limites postos ao projeto profissional na sociedade capitalista brasileira, pode-se afirmar que “é inconteste que ele coroa o processo de constituição de uma nova autoimagem profissional – a que defende e luta por direitos sociais” (ORTIZ, 2010, p. 204). Logo, essa autoimagem que os profissionais buscam imprimir, está totalmente dissociada da imagem historicamente consolidada na profissão, aquela da “moça boazinha que ajuda”. Assim, percebe-se que:

---

11 Sendo assim, vale lembrar que código de ética e projeto ético-político são duas coisas distintas, sendo o primeiro materializado em legislação com atribuições de direitos e deveres e o segundo ancorado na dimensão societária que almejamos conquistar.

A tensão que atravessa a imagem dessa profissão se expressa através do convívio, nem sempre muito explícito, de elementos claramente oriundos das protoformas do Serviço Social, e outros mais recentemente incorporados ao rol de representações que circunscuem a profissão, os quais possuem, na defesa dos direitos, seu principal aspecto (ORTIZ, 2010, p. 215).

Esta autoimagem, mesmo que hegemônica e respaldada pelo projeto profissional, não se isenta de resquícios da imagem consolidada historicamente para com o (a) assistente social. A tensão com o conservadorismo perpassa cotidianidade da atuação profissional.

Há, na verdade, uma tensão entre os traços tradicionais que conformaram historicamente a imagem da profissão desde a emergência na divisão social e técnica do trabalho, e outros, novos, emergentes do salto quantitativo experimentado pelo Serviço Social nas últimas décadas, os quais convivem dialeticamente. (ORTIZ, 2010, p. 155)

No contexto atual persiste a dificuldade de construção de qualquer tipo de projeto classista, sendo desafiador para o assistente social realizar seu trabalho independente das requisições de seu contratante. O fato é que se evidencia “uma tensão entre o trabalho controlado e submetido ao poder do empregador, as demandas dos sujeitos de direitos e a relativa autonomia do profissional para perfilar o seu trabalho”. (IAMAMOTO, 2007, p. 424)

O perfil de trabalhadores de Serviço Social exigido pelo mercado vem determinando, dentro de sua lógica, uma precarização do trabalho e um descaso com a especialização, sendo polivalente e funcional ao capital. Claro que este tipo de profissional não é o objetivado nas diretrizes de formação que a categoria de assistentes sociais defende. O mercado, por sua vez, instiga o “ter em detrimento do ser”, como exemplifica Guerra (2010):

Na lógica que estamos evidenciando e diante das atuais necessidades do capital, o trabalhador deve portar as seguintes características: ser desespecializado, desregulamentado, polivalente e multifuncional. É chamado a desenvolver várias competências e habilidades voltadas ao mercado, portador de valores individualistas e imediatistas, a partir dos quais vale o ter (neste caso, o certificado) em detrimento do ser (neste caso, um profissional qualificado), de formação aligeirada, mas que lhe garanta competitividade e capacidade de se adaptar a esses novos e difíceis tempos. (GUERRA, 2010, p. 724)

Variados desafios são postos para a materialização dos meios que se destinam o projeto ético-político profissional, a exemplo pode-se destacar a dificuldade de os (as) assistentes sociais se reconhecerem como trabalhadores (enquanto classe) ou, até mesmo, conseguirem reconhecimento profissional. Pois isso se dá devido a característica contratual desse profissional, haja vista que o empregador, na maioria das vezes, não é o demandante da intervenção desse profissional. O presente contexto gera “uma tensão entre o trabalho controlado e submetido ao poder do empregador, as demandas dos sujeitos de direitos e a relativa autonomia do profissional para perfilar o seu trabalho” (IAMAMOTO, 2007, p. 424).

Outro desafio se expressa na tendência de o que o Assistente Social seja visto como um profissional liberal, o que não se realiza interinamente como tal, pois, a maior parte dos profissionais se enquadra na categoria de trabalhadores assalariados, que precisam de entidades empregadoras para desenvolver seu trabalho.

O Serviço Social dispõe de algumas características típicas de uma profissão liberal: a existência de uma relativa autonomia, por parte dos assistentes sociais, quanto à forma de condução de seu atendimento junto a indivíduos e/ou grupos sociais com os quais trabalha, o que requer o compromisso com valores e princípios éticos norteadores da ação profissional, explicitados no Código de Ética Profissional”. (IAMAMOTO, 2005, p. 96)

O assistente social se depara cotidianamente com novas demandas<sup>12</sup> – todas elas ligadas ao processo de reestruturação produtiva no Brasil<sup>13</sup>, como exemplo: a precarização do trabalho, o desemprego, o subemprego, as novas formas de contratação – que vêm de vários seguimentos sociais (desde a classe dominante aos usuários e instituições que está diretamente ligado) exigindo desse profissional novas competências e qualidade nas intervenções e mediações profissionais, ficando sujeito à lógica do mercado que perpassa os serviços sociais e as políticas sociais.

O assistente social é um profissional comprometido com suas ações, na luta pela consolidação dos direitos sociais, não se limitando somente às ações imediatas e visando a dignidade através da ampliação da cidadania para a classe subalternizada, sendo, com isso, um profissional que busca estar em contracorrente do capital.

Os profissionais necessitam ter clareza, consideradas as condições específicas do que produzem com o seu trabalho junto aos conselhos, na habitação, na saúde, etc., para que possam decifrar o que fazem. Importa deixar claro que viver o Serviço Social não resulta, automaticamente, em dar conta de suas explicações, da mesma forma que existe uma grande distância entre viver a cotidianidade da sociedade capitalista e decifrar o que é esse cotidiano. (IAMAMOTO, 2005 p. 70)

Diante do exposto, o debate do Serviço Social brasileiro se mostra polarizado entre a ruptura com o conservadorismo e, em contramão, “verifica-se o revigoramento de uma reação (neo) conservadora aberta e/ou disfarçada em aparências que a dissimulam” (IAMAMOTO, 2014, p. 62), através do encortinar da realidade balizado pela produção pós-moderna e a recusa da sociedade de classes.

A seguir, trataremos da questão formativa do assistente social, pois acreditamos que os desafios postos à profissão só serão superados com um projeto de formação afinado com o projeto ético-político.

---

12 O Serviço Social é colocado por Iamamoto (2009) como uma “atividade inscrita predominantemente no terreno político e ideológico, com refrações nas condições materiais da existência dos sujeitos via serviços, programas e projetos implementados pelas políticas públicas” (IAMAMOTO, 2009, p. 349)

13 O processo de reestruturação produtiva inflexiona as políticas de recursos humanos, no Brasil, principalmente a partir dos anos 90, nos seguintes aspectos: crescimento dos investimentos empresariais com a qualificação da força de trabalho; introdução de técnicas e métodos de gerenciamento participativo, com forte apelo ao envolvimento dos trabalhadores com as metas empresariais; combinação do sistema de benefícios e serviços sociais com as políticas de incentivo à produtividade do trabalho; e adoção de práticas de avaliação e monitoramento do ambiente interno (CESAR; AMARAL, 2009, p. 418).

### 3 A contrarreforma da educação superior e a distorção do projeto de formação profissional do(a) assistente social

Observada a nova lógica da educação superior brasileira, conforme apontamos no capítulo anterior, o desafio é pensar a formação profissional articulada às necessidades do projeto ético-político do assistente social, às requisições do mercado e as implicações das resoluções desenvolvidas pelo Ministério da Educação (MEC). Mas, como pensar o projeto de formação profissional neste contexto? Como formar assistentes sociais que defendam os princípios norteadores desse projeto profissional?

Para pensar esse contexto, precisamos resgatar a discussão das diretrizes curriculares do curso de Serviço Social, sendo estas condizentes com a trajetória histórica da categoria nas últimas décadas e fruto do acúmulo e debate profissional.

O Serviço Social instituiu o primeiro currículo mínimo em outubro de 1962, “através do Parecer n. 286 do então Conselho Federal de Educação” (ORTIZ, 2013, p. 12) em que ganha status universitário, posteriormente podemos identificar as regulamentações de 1970, 1982 e 2001.

A análise da historiografia do Serviço Social no Brasil nos permite identificar que, durante os 70 anos de existência da profissão em solo brasileiro, sempre houve entre nós a preocupação com uma formação profissional capaz de garantir o perfil e as habilidades necessárias para o desenvolvimento competente da intervenção, sobretudo a partir da entrada do Serviço Social no circuito universitário em plenos anos 1960, atribuindo-lhe o status de profissão de nível superior. (ORTIZ, 2013, p. 12)

As diretrizes atuais, formuladas e defendidas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) em 1996 e revisadas em 1999, apresentam como antecedente mais importante as diretrizes de 1979 (aprovada pelo MEC através do Parecer CFE nº 412, de 04.08.1982 e da Resolução n.º 06 de 23/09/82). Para tanto, torna-se importante destacar que em pleno período ditatorial os(as) assistentes sociais discutiam questões pertinentes à atuação profissional e a vida política do país. Sendo assim, o currículo mínimo representou não só um processo de transição, mas uma forma de “resistência acadêmica e política tanto à ditadura militar implantada no país (1964- 85) quanto ao Social Work, em sua difundida trilogia, composta por Serviço Social de caso, de grupo e de comunidade” (IAMAMOTO, 2014, p. 614).

O currículo mínimo aprovado na XXI Convenção Nacional de Ensino de Serviço Social, promovida pela então Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS) em 1979, é uma expressão da expansão da vertente de “ruptura” com o tradicionalismo profissional.

O objetivo do referido currículo era romper com o imediatismo profissional, caracterizado por “identificar as necessidades virtuais emergentes no movimento social” (NETTO apud ORTIZ, 2010, p. 190) e a superação do tripé caso, grupo e comunidade. Sendo assim, o mesmo contemplava as seguintes disciplinas de Metodologia do Serviço Social, História do Serviço Social e Teoria do Serviço Social<sup>14</sup>. O que era para

---

14 Além do estágio supervisionado, há nesse currículo o primeiro contato com as políticas sociais. Diante disso, esse momento é quando “se vincula o exercício profissional às políticas sociais públicas, sendo as relações entre o Estado e a sociedade de classes decisivas para decifrar o significado social da profissão” (IAMAMOTO, 2014, p. 614).

romper com o tripé supracitado, acabou por substituí-lo por um tripé teoria, método e história, isolados do contexto da vida social, reforçando dicotomia entre teoria e prática.

No campo da formação profissional, a lógica curricular subjacente ao tripé teoria/método/história tendeu a reproduzir a mesma fragmentação até então existente na trajetória da profissão. Ou seja, substituímos um tripé (caso/grupo/comunidade) por outro, cujos desdobramentos na formação das novas gerações de assistentes sociais se fizeram sentir, por exemplo, na permanência da máxima que “na prática, a teoria é outra”, do ecletismo, do voluntarismo – traços tradicionais de um perfil profissional que, nos anos 1980 desejava-se romper. (ORTIZ, 2010, p. 191)

O currículo de 1982 continha muitas falhas de cunho teórico, pois baseava-se no chamado “marxismo vulgar”, enfatizando o(a) assistente social como “educador informal” e agente de mudança, como exemplifica Ortiz (2010):

Aquele que, tentando romper com a prática da ajuda ou do cuidado, procurava socializar seu conhecimento com o outro, contribuindo dessa forma para sua autoconscientização diante da vida social. Ou seja, em primeiro lugar, deve ser uma prática de caráter educativo [...]. Logo, procura-se trasladar do perfil do militante, do agente de mudança ou transformação social para aquele profissional que deve apoiar politicamente as massas trabalhadoras, a partir da socialização de conhecimentos necessários para a prática política daquelas e da sua organização. Portanto, o perfil que se espera é o de educador, ou no dizer de Palma (1986, p. 164): “o assistente social, intrinsecamente, é um educador social; influir e orientar a consciência popular é um componente da identidade profissional do Serviço Social”. (ORTIZ, 2010, p. 190)

Outro equívoco do currículo de 1982 era conceber o Serviço Social como ciência, assim como a Reconceitualização latino-americana, atribuindo à profissão teoria e metodologia própria. Segundo Ortiz (2010, p. 192) está aí “supostamente a saída para superar a fragmentação, a subalternidade e a ausência de reconhecimento social”.

Os anos de 1980 foram marcados pelo processo de redemocratização do Brasil, com a ascensão dos movimentos sociais e a defesa do Estado de direito através da elaboração da Carta Magna Constitucional de 1988. As lutas da categoria profissional trouxeram consigo preocupações e novas respostas profissionais. Deste processo derivaram “significativas alterações nos campos do ensino, da pesquisa e da organização político-corporativa dos assistentes sociais” (IAMAMOTO, 2014, p. 615), com uma reorganização sindical, acadêmica e profissional voltadas para o projeto do Serviço Social brasileiro<sup>15</sup>.

Como discutido no item anterior, este projeto profissional concebe a profissão como uma “especialização do trabalho coletivo, inscrita na divisão social e técnica do trabalho” (ORTIZ, 2010, p. 193), entendendo as condições de trabalhador assalariado, sujeito à lógica do mercado e suas condições precárias de salário, de carga horária e de vínculo empregatício.

A proposta de diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social apresentada em 1996, foi resultado de um amplo e sistemático debate realizado, a partir de 1994, pelas Unidades de Ensino e na XXVIII Convenção Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social, promovida pela então Asso-

ciação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS)<sup>16</sup>, em outubro de 1993, na cidade de Londrina-PR, que deliberou os encaminhamentos necessários para a realização da revisão do currículo mínimo vigente desde 1982.

Para chegar a esta proposta, entre 1994 e 1996, realizaram-se aproximadamente 200 oficinas locais nas 67 Unidades Acadêmicas filiadas à ABESS, 25 oficinas regionais e 2 nacionais. Contemplando as particularidades históricas brasileira e a inserção do(a) assistente social nesse contexto, as diretrizes de 1996 abarcam os pressupostos norteadores da formação profissional:

1- O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista.

2- A relação do Serviço Social com a questão social - fundamento básico de sua existência - é mediatizada por um conjunto de processos sócio-históricos e teórico-metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho.

3- O agravamento da questão social em face das particularidades do processo de reestruturação produtiva no Brasil, nos marcos da ideologia neoliberal, determina uma inflexão no campo profissional do Serviço Social. Esta inflexão é resultante de novas requisições postas pelo reordenamento do capital e do trabalho, pela reforma do Estado e pelo movimento de organização das classes trabalhadoras, com amplas repercussões no mercado profissional de trabalho.

4- O processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais. (ABEPSS, 1996, p. 5-6)

A ABESS, sob a direção da professora Marieta Koike, protagonizou a abertura de espaços no MEC-Sesu para a criação da Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social, “responsável, entre outras funções, por apreciar e encaminhar ao Conselho Nacional de Educação (CNE) as diretrizes curriculares da área” (IAMAMOTO, 2014, p. 615-616). Esta foi uma articulação política de extrema importância para a garantia de preservação da proposta original das diretrizes.

Mesmo com todo respaldo conquistado pela categoria profissional, a proposta de currículo mínimo “foi atropelada pelo processo de contrarreforma do ensino superior, preconizado pelos organismos multilaterais” (IAMAMOTO, 2014, p.616). Os currículos mínimos, não somente o de Serviço Social, foram sujeitos a “mais flexibilidade”.

Contudo, apesar dos avanços presentes nas diretrizes curriculares aprovadas formalmente em 2001 em relação aos conteúdos e lógica do currículo mínimo de 1982, [...] cabe destacar os impasses criados com sua aprovação pelo Conselho Nacional de Educação e as proposições da comissão de especialistas constituída pelo próprio Ministério da Educação (MEC), gerando o que comumente chamamos de “diretrizes da ABEPSS e diretrizes do MEC”. (ORTIZ, 2013, p. 13-14)

Para tanto, foi convocada uma Comissão de Especialistas em Serviço Social para elaborar e adequar a proposta das diretrizes aos parâmetros exigidos pelo MEC. Esta comissão foi composta por Maria Bernadete Martins, Marilda Villela Iamamoto e Mariangela Belfiore Wanderley, a proposta reestruturada foi entregue para apreciação do MEC em 26 de fevereiro de 1999, mas só foi regulamentada, com ressalvas, pela Resolução nº 15, de 13 de março de 2002.

As diretrizes aprovadas pelo MEC, além alterarem aspectos importantes para a formação profissional crítica, ainda suprimiram bases fundamentais que reafirmam o projeto profissional defendido pelo Serviço Social. Sendo assim, essa ação enfatiza a disputa de projetos, esvaziando das funções da comissão e impondo um projeto formativo distinto do previsto pela categoria.

Começamos pelo perfil do bacharel objetivado pela ABEPSS, que se sustenta na Teoria Social Crítica, de cunho marxista, com a formação profissional voltada para a perspectiva totalidade “e, neste sentido, determinado historicamente e atravessado por múltiplas determinações de natureza econômica, política, cultural e ideológica” (ORTIZ, 2013, p. 13).

As diretrizes do MEC excluíram do perfil dos formandos o caráter generalista da intervenção profissional, em que as expressões da “questão social” se mostram como matéria prima a ser trabalhada. As políticas sociais brasileiras são o terreno de materialização do enfrentamento a estas expressões; sendo assim, a busca por formação crítica para desvendar a realidade não é contemplada.

Outro ponto importante é a utilização do termo “cidadania plena”, que sem uma formação crítica se torna impossível compreender que no capitalismo ela é inatingível. Como afirma Ortiz (2013, p. 15), esta afirmação “coloca-nos como possíveis garantidores de tal cidadania sem considerar a historicidade burguesa e o significado atribuído a esta em uma sociedade de classes”, ou seja, não considera a contraposição dos projetos societários em disputa.

O MEC distorce o caráter criativo e propositivo, atribuindo-o ao usuário dos serviços sociais; Ortiz (2013) atenta para esta questão, pois não é um erro de grafia, mas uma forma de fragilizar o perfil que se almeja para o profissional. A inserção criativa e propositiva descrita na proposta da ABEPSS ressalta a necessidade de proatividade do profissional diante das diversas limitações no trato da questão social.

A exclusão do código de ética do perfil profissional demonstra claramente que há um movimento contrário ao descortinar da realidade social em sua totalidade, considerando as palavras de Ortiz (2013):

Esvaziamento semelhante ocorre em relação ao conjunto de competências e habilidades que, pautado por nosso projeto profissional, exige que o assistente social se revele como um profissional capaz de desvendar os processos sociais em sua totalidade, identificando as particularidades que o Brasil assumiu e ainda assume no contexto capitalista mundial. Do mesmo modo, tais competências e habilidades articulam-se às indicações da lei de regulamentação do exercício profissional – lei 8.662. Já as habilidades e competências formalizadas pelo MEC dividem-se em gerais e específicas, indicando certo grau de hierarquização e tipificação entre elas. (ORTIZ, 2013, p. 15)

Com relação às competências e habilidades propostas pela ABEPSS, podemos considerar exclusões de suma importância para a categoria, deslegitimando a concepção ético-política da profissão. Várias competências e habilidades foram suprimidas das diretrizes do MEC, começando pela exclusão da crítica

com perspectiva de totalidade, juntamente com a análise histórica das particularidades brasileiras. Estas determinações já ficaram claras no momento em que se traçou um perfil profissional reducionista, sendo assim, “não consiste em objetivo do Estado brasileiro a partir da atuação do MEC formar profissionais críticos” (ORTIZ, 2013, p. 17). Ou seja, o perfil de profissionais capacitados a compreender as particularidades que se mostram na sociedade brasileira e, por conseguinte, articulá-las ao seu campo de trabalho desprezando o movimento de continuidades e rupturas, não se mostra atrativo ao MEC.

Outro ponto, foi a exclusão das articulações entre público e privado como forma de enfrentamento da questão social, o que deixa claro o caráter privatista e burguês do Estado brasileiro representado, neste sentido, pelo MEC. Afinal, fazer esta ponte é compreender que as desigualdades têm uma gênese e enquanto o sistema capitalista prosperar não há alternativas que deem conta de erradicar a questão social.

Mais uma consideração é a inclusão da “utilização dos recursos de informática”; qual a verdadeira necessidade deste item? A que ele responde e quais brechas ele abre para a formação profissional?

Ortiz (2013) argumenta que o uso da informática corresponde às exigências do mercado de trabalho, mas a referida autora destaca, ainda, que no documento emitido pela Comissão de Especialistas em Serviço Social há recomendações para que “os cursos de graduação proporcionem acesso à informática, assim como a realização de cursos de outros idiomas e o domínio de língua portuguesa” (ORTIZ, 2013, p. 17). Aspectos estes que o MEC não destaca.

As competências e habilidades técnico-operativas sofreram muitos cortes mediante “a supressão de todas aquelas que tentavam vincular o profissional de Serviço Social e sua intervenção à esfera da investigação, formação, gestão e planejamento de políticas e serviços sociais” (ORTIZ, 2013, p. 17). Estes cortes expressam o reforço a imagem arraigada do (a) assistente social como executor terminal das políticas em que trabalha.

Analisando os princípios da formação profissional, denominados pelo MEC de “organização do curso”, percebe-se, mais uma vez, a eliminação de qualquer característica associada à crítica da totalidade. O MEC confronta diretamente e indiretamente as concepções a serem desveladas no “exercício profissional competente e livre dos traços que unem essa profissão ao conservadorismo” (ORTIZ, 2013, p. 18).

Diante do exposto, destaca-se o ponto mais importante que é a supressão de toda e qualquer palavra que ligue ao pensamento marxista, ou seja, o MEC erradicou a teoria marxista como princípio formativo das diretrizes curriculares, descaracterizando um projeto socialmente determinado pela categoria de assistentes sociais.

Sem a crítica à sociedade burguesa, toda a formação se pauta na prática imediata, sendo assim, “de nada adianta defender o rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social” (ORTIZ, 2013, p. 19), sem a concepção teórica e metodológica que dá conta desta discussão. As diretrizes do MEC não consideram que somente através do olhar crítico e da perspectiva de totalidade é possível superar a aparência da realidade ou da profissão.

A ética como princípio formativo foi desconsiderada, não respeitando a escolha dos(as) assistentes sociais em defender um projeto ético-político crítico, que objetiva alcançar uma nova forma de sociedade, diferente da capitalista.

O MEC distorce o pluralismo objetivado pela categoria profissional ao suprimir o “necessário debate sobre as várias tendências teóricas que compõem a produção das ciências humanas e sociais” (ABEPSS, 1999), pois não debater sobre essa temática eleva o pluralismo ao mesmo patamar do ecletismo, o que é duramente condenado pelas organizações dos(as) assistentes sociais.

A indissociabilidade de Ensino, Pesquisa e Extensão foi excluída das diretrizes pelo MEC, com clara e objetiva façanha de atribuir somente às Universidades este caráter. Ora, se o MEC aprova esse princípio, os cursos de Serviço Social só poderiam ser ministrados em Universidades.

Os núcleos temáticos que sustentam a formação profissional também foram bombardeados pelo MEC, tirando características de suma importância. Estes núcleos fundamentais da formação profissional foram largamente discutidos e revisados pela categoria, buscando valorizar a historicidade da profissão e da sociedade brasileira; a crítica ao conservadorismo com a adoção de uma diretriz teórico-metodológica marxista; as políticas sociais públicas, desvendando a relação entre Estado e sociedade; a discussão teórica e política sobre o advento da questão social no Brasil; a concepção ética; o debate sobre a centralidade do trabalho, mercado de trabalho e reestruturação produtiva; e a discussão sobre o exercício profissional e seus rebatimentos.

Ainda seguindo a organização dos fundamentos, as diretrizes da ABEPSS elencam tópicos de estudo para estruturar os currículos, compostos pelas seguintes disciplinas: Sociologia, Teoria Política, Economia Política, Filosofia, Antropologia, Psicologia, Formação Sócio-Histórica do Brasil, Direito e Legislação Social, Política Social, Desenvolvimento Capitalista e Questão Social, Classes e Movimentos Sociais, Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social, Trabalho e Sociabilidade, Serviço Social e Processos de Trabalho, Administração e Planejamento em Serviço Social, Pesquisa em Serviço Social, Ética Profissional. Estas disciplinas foram excluídas do processo organizacional realizado pelo MEC, deixando em aberto a formulação das disciplinas que contemplam o currículo.

As questões pertinentes à duração do curso e as recomendações dadas pela Comissão de Especialistas em Serviço Social foram suprimidas. Já o entendimento sobre o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) fica a critério da instituição, negando o preconizado pelas diretrizes da ABEPSS.

A ABEPSS criticou duramente as alterações engendradas pelo MEC, reivindicando o aprofundamento teórico-metodológico das matrizes de análise do projeto de formação profissional, “especialmente do método crítico dialético e respectivo acervo categorial; do significado dos núcleos como estruturantes da formação; dos fundamentos do Serviço Social” (IAMAMOTO, 2014, p. 630). Ressaltando que a articulação, as dimensões históricas, teóricas e metodológicas são imprescindíveis para o exercício profissional, assim como o devido destaque para a análise da formação social brasileira. A ética foi outro ponto de extrema relevância e que sofreu boicote em todos os itens que apareceu, não tendo sua transversalidade enfatizada, assim como a pesquisa e o estágio supervisionado.

Por fim, em se tratando de formação profissional, podemos identificar vários desafios postos à categoria profissional, sendo eles: 1) a necessidade contínua de pesquisar os rebatimentos da contrarreforma da educação superior na formação profissional, assim como nas condições de trabalho docente; 2) análise das incidências do produtivismo acadêmico para os grupos de pesquisa voltados para a formação profissional e o aprofundamento das pesquisas pós-1980/90; 3) denúncia do “aligeiramento da formação profissional” (IAMAMOTO, 2014, p. 634), buscando ressaltar a importância das concepções teórico-metodo-

lógicas e ético-políticas para a formação e atuação profissional; 4) respaldar-se na dialética e no respeito às diferentes leituras e análises da profissão, resguardando o princípio ético do pluralismo, principalmente no campo acadêmico; 5) pesquisar constantemente sobre o mercado de trabalho profissional e suas mais diversas determinações; 6) preconizar a defesa da ética e do pensamento crítico que regem a profissão; 7) “impulsionar estudos históricos sobre a formação sócio-histórica do Brasil e a América Latina, favorecendo estudos comparados” (IAMAMOTO, 2014, p. 634); 8) examinar a imagem e a autoimagem da profissão pós-1990, localizando a percepção sobre papel do assistente social no atual contexto brasileiro.

#### **4 Considerações finais**

A análise conjuntural da realidade brasileira demonstra uma retomada da cultura conservadora, baseada no individualismo exacerbado e na violência, exaltando a cultura da insegurança e do medo, fazendo com que a luta de classes se torne cada vez mais encoberta. A desigualdade é naturalizada e a propriedade privada dos objetos é mais importante do que as relações humanas.

Na construção deste estudo, tornou-se possível entender o quanto o Brasil foi alvo de controle dos organismos internacionais como Banco Mundial, FMI e OMC. Os empréstimos concedidos ao país foram sujeitos a regras e condicionalidades políticas, culturais e econômicas com o aval da burguesia brasileira (não foram imposições).

As políticas sociais em tempos de Neoliberalismo mostraram-se cada vez mais precárias, focalizadas, desiguais e limitadas, não atingindo o caráter de universalidade, responsabilizando os indivíduos pela falta de efetividade das mesmas e isentando o Estado que “não tem recursos” para gestá-las com qualidade.

As políticas sociais são instrumentos de legitimação das conquistas da classe trabalhadora, tendo estas a função de prestar serviços sociais básicos (como saúde, educação, habitação, assistência social, dentre outros), mas, de acordo com Montaño (1997), as políticas sociais também contribuem para a “desresponsabilização” da empresa para com o funcionário, deixando sobre a responsabilidade do Estado e da sociedade civil a “superação” das desigualdades causadas pelo sistema capitalista.

A política de Educação torna-se alvo de desmontes, com limitações de recursos e falta de projetos abrangentes que retratam a realidade brasileira. Em contrapartida, pode-se observar que o Brasil adotou condicionalidades de organismos internacionais, também para o desenvolvimento da Educação.

No que tange a Educação Superior pôde-se observar, desde a ditadura militar brasileira (1964-1985), essas interferências diretas de organismos internacionais estabelecendo padrões mínimos mundiais que não retratam as especificidades do país.

Já os governos pós-Constituição de 1988 se direcionaram para a criação de arcabouço jurídico para respaldar e incentivar a criação de Instituições de Ensino Superior (IES) privadas e, ainda, privatizando setores específicos das universidades públicas.

Nos anos 2000 o processo de expansão da Educação Superior se mostrou mais forte, principalmente com o REUNI, o PROUNI e o Ensino a Distância (EAD), sendo mais um espaço de expansão mercantil e com aparência de popularização (democratização) do acesso. Na verdade, podemos observar que não existiu uma democratização do acesso ao ensino superior, mas uma expansão precária do acesso aos cursos por

meio da mercantilização e financiamento público direcionado a IES privadas e sucateamento das IES públicas. Diante do exposto, para ter democratização é preciso haver pesquisa, produção de conhecimento e não somente certificação, como exemplo, os cursos à distância.

A perspectiva central do Estado capitalista brasileiro está em direção oposta aos princípios do Projeto Ético-Político profissional e do Código de Ética dos(as) assistentes sociais. Assim sendo, valoriza-se a criação de diferentes tipos de modalidades para o curso de Serviço Social, transformando a educação em uma mercadoria, sem primar pela qualidade, e favorecendo ainda para a sua precarização, na medida em que nesta sociedade não se pretende formar sujeitos com um rigor de uma reflexão teórico-crítica.

Diante do exposto, o processo de alienação que se dá na sociedade capitalista, evidencia-se um contexto em que a educação da sociedade também se insere na lógica de dominação. Deste modo, não se objetiva a formação de seres pensantes. Logo, esse panorama atual que é imposto à educação superior, com o estímulo ao conservadorismo, tende a ser regressivo e preocupante para com a direção social hegemônica do Projeto ético-político do Serviço Social.

Compreende-se que é preciso superar a lógica que permeia o atual processo da educação superior no Brasil, que se pauta em uma formação precária, com o estímulo à flexibilização e privatização, e com ênfase nos processos de mercantilização da vida.

Outra tendência do Serviço Social, diante desse contexto, é a de retrocesso das conquistas da profissão, pois esta não pode ser pensada como uma “etapa profissionalizada da caridade” ou como “profissionalização da filantropia”, como afirma Montaña (1997), a gênese do Serviço Social deve ser compreendida como um processo histórico de enfrentamento aos reflexos do capitalismo na reprodução social dos trabalhadores, enfrentando os reajustes do capital.

Torna-se importante ressaltar que, mesmo diante desse cenário tão adverso, o Serviço Social conquistou nas últimas décadas:

- a. mobilização coletiva da categoria para a superação das desigualdades e injustiças sociais;
- b. compromisso com a qualificação profissional e com qualidade dos serviços prestados;
- c. imagem profissional renovada, ligada aos direitos sociais e defesa dos trabalhadores;
- d. autorreconhecimento do(a) assistente social como trabalhador assalariado;
- e. conquista a Lei de Regulamentação da profissão em 1993 e atuação nas diversas frentes de trabalho;
- f. desenvolvimento de pesquisas ligadas às Ciências Sociais aplicadas, tornando a profissão uma referência nesse contexto;
- g. as diretrizes curriculares, mesmo com o impasse MEC<sup>17</sup> e ABEPSS;
- h. a conquista das 30 horas de trabalho; dentre outras.

---

17 As diretrizes do MEC ao abordarem o acesso à informática fortalece, com isso, o EAD com a falsa ideia de capacitação para o mercado de trabalho e a necessidade de acesso a computadores, atuação por meio de teleconferências e a formação de tutores (em sua maioria somente graduados em Serviço Social).

Perante o referido contexto é importante indagar sobre a expansão dos cursos em EAD, pois é uma realidade a invasão dessa modalidade de ensino aos cursos voltados para a área de Ciências Humanas e Sociais aplicadas. Este processo se dá em resposta às necessidades que o capital impõe para a formação (ou conformação) de profissionais ajustados ao modelo hegemônico, acrílicos e apolíticos.

O Serviço Social, atualmente, é o terceiro curso com mais matrículas na modalidade EAD, ficando atrás somente dos cursos de Administração e Pedagogia. Essa constatação demonstra que a mercantilização do ensino superior não só sucateou a formação profissional, como, também, ofereceu (e oferece) certificação profissional em massa.

Nos chama atenção a concentração da formação dos assistentes sociais estar, majoritariamente, sob o discurso da oportunidade defendido pelas IES privadas e, em especial, à distância. Esses 85% de IES à distância representam um ingresso considerável de alunos nos cursos de Serviço Social, mas é sabido que isso não garante que os alunos completem o curso. (FERRAREZ, 2016, p. 100)

O Serviço Social tem operado para garantir uma formação universitária pública, gratuita e de qualidade, voltada para a coletividade, para a realidade territorial brasileira, para a universidade como lugar para cultivar a razão crítica e para o compromisso com valores universais.

Mas esse panorama apresentado demonstra uma tendência a fragilização do projeto ético-político profissional? Esse projeto está em crise? Os(as) assistentes sociais conseguem se mobilizar para garantir a construção e debate contínuo desse projeto? E a formação profissional pautada nesse projeto?

Afirmar que existe uma crise do projeto ético-político do Serviço Social não é atestar que esse projeto se esgotou ou está chegando ao fim, bem pelo contrário. Esse é o momento de pesquisar cada vez mais e entender a atual conjuntura que perpassa o exercício profissional. Necessitando transpor as barreiras da formação profissional mecânica e, nos moldes do MEC, para uma formação crítica e comprometida com as lutas de classes.

Diante de tantos questionamentos, percebe-se que:

O atual desafio que permeia o Serviço Social é consolidar um projeto de formação profissional vinculado com a defesa de um processo emancipatório e a favor da construção de outra sociedade, que possibilita a efetivação de uma luta radical contra o capital, a fim de construir, com os demais conjuntos da classe trabalhadora, uma sociedade plenamente emancipada. (FERRAREZ, 2016, p. 100)

## Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Diretrizes Curriculares do curso de Serviço Social - 1996**. Disponível em: [http://www.abepss.org.br/files/Lei\\_de\\_Diretrizes\\_Curriculares\\_1996.pdf](http://www.abepss.org.br/files/Lei_de_Diretrizes_Curriculares_1996.pdf). Acesso em: 15 de out. de 2015.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Curriculares do curso de Serviço Social - 1999**. Disponível em: [http://www.abepss.org.br/files/legislacao\\_diretrizes.pdf](http://www.abepss.org.br/files/legislacao_diretrizes.pdf). Acesso em :15 de out. de 2015.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. Fundamentos éticos do Serviço Social. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

\_\_\_\_\_. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. In: **Revista Serviço Social e Sociedade, nº 106**. São Paulo: Cortez, 2011.

CESAR, Monica; AMARAL, Ângela Santana do. O trabalho do assistente social nas empresas capitalistas. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS) (org.). **30 Anos do Congresso da Virada**, Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. CFESS Manifesta. In: **Temporalis – Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, ano 11, n.21, jan./jun. 2012.

FERRAREZ, Cynthia Santos. Mercantilização da Educação Superior brasileira e a Formação Profissional do Serviço Social In: **Temporalis – Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, ano 16, n.31, jan./jun. 2016.

GUERRA, Yolanda. O Projeto Profissional Crítico, estratégias de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. In: **Revista Serviço e Sociedade, nº 91**. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. In: **Revista Serviço Social e Sociedade, nº 104**. São Paulo: Cortez, 2010.

GUERRA, Yolanda; ORTIZ, Fátima Grave. Os Caminhos e os Frutos da “Virada”: apontamentos sobre o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. In: **Revista Praia Vermelha, vol. 19, nº 02**. Rio de Janeiro: PPGESS/ Escola de Serviço Social/UFRJ, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

\_\_\_\_\_. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Revista Serviço Social e Sociedade nº 120**. São Paulo: Cortez, 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social - Resolução nº 15, de 13 de março de 2002**. Disponível em: [http://www.abepss.org.br/files/legislacao\\_diretrizes\\_cursos.pdf](http://www.abepss.org.br/files/legislacao_diretrizes_cursos.pdf). Acesso em: 15 de out. de 2015.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. O Serviço Social frente ao neoliberalismo”. **Revista Serviço Social & Sociedade nº 53**. São Paulo: Cortez: 1997.

MOTA, Ana Elizabeth. **A nova fábrica de consensos**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2006. (a)

\_\_\_\_\_. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elisabete et al (orgs.). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006. (b)

NETTO, José Paulo

ORTIZ, Fátima Grave. **O Serviço Social no Brasil: fundamentos de sua imagem social e da autoimagem de seus agentes**. Rio de Janeiro: E-papers/FAPERJ, 2010.

\_\_\_\_\_. Notas sobre as diretrizes curriculares: avanços, impasses e desafios. In: Guerra, Yolanda; LEITE, Janete Luzia; ORTIZ, Fátima Grave (Org.). **Temas contemporâneos: o serviço social em foco**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

YAZBEK, Maria Carmelita. O Significado sócio-histórico da profissão. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.